

“O BRASIL EM 1889”: UM PAÍS PARA CONSUMO EXTERNO

Gabriela Nunes Ferreira
Maria Fernanda Lombardi Fernandes
Rossana Rocha Reis

O ano de 1889 marcou o centenário da Revolução Francesa e, dentro das comemorações, idealizou-se uma nova Exposição Universal em Paris. No Brasil, as referências à Revolução Francesa eram muitas, principalmente entre os republicanos que lutavam pelo fim do regime monárquico. Para o regime brasileiro, 1889 era um ano incômodo: as referências externas e internas à revolução traziam o fantasma das derrubadas das cortes e famílias reais europeias, com as quais os dirigentes brasileiros possuíam laços de sangue. Para a única monarquia dos trópicos, o ano dedicado à “mãe das revoluções” perturbava ainda mais um ambiente que não era tranquilo.

A abolição, no ano anterior, exacerbou algumas questões que já se colocavam anteriormente ao país: a ideia da inexistência de um povo brasileiro, a necessidade de mão de obra e as soluções imigrantistas, a reorganização econômica do país. Com o fim da escravidão, o problema da mão de obra se coloca de maneira mais clara: quem, agora que não haveria mais escravos, poderia suprir os braços que faltariam? A questão da falta de braços não era apenas

numérica, mas também qualitativa; dizia respeito à própria formação do povo brasileiro. Daí a imigração ser pensada não somente como uma solução para o problema do fornecimento de braços, mas também dentro da perspectiva de branqueamento da população, de acordo com a lógica das teorias raciais do século XIX.

Ao lado dessa questão, colocava-se também a necessidade de se atraírem capitais para financiar a modernização do país. Na década de 1880, houve crescimento dos investimentos externos diretos e de empréstimos ao país. O governo monárquico buscava, nesse momento, financiar o seu *déficit* orçamentário, bem como consolidar a conversibilidade em ouro do padrão monetário nacional¹. Junto com as necessidades internas, havia um ambiente externo favorável, com abundância de capitais a serem atraídos.

76

Em meio a essa conjuntura, a Monarquia sofria ataques cada vez maiores. A questão federativa estava na ordem do dia, entre outros temas relativos às reformas políticas. Incapaz de empreender as transformações, o regime fragilizava-se e via suas bases sociais erodirem – para o que também contribuiu o fim da escravidão.

Le Brésil en 1889 pode ser visto, dentro deste contexto, não apenas como uma obra para consumo externo, produzida por um grupo fiel à Monarquia – e subsidiado por ela – para mostrar ao mundo um novo Brasil, próximo da Europa, monárquico e civilizado, mas também como um produto para consumo interno, como uma defesa da monarquia, que, aliás, repercutiu significativamente nos jornais brasileiros. A ironia do título do livro é que, quando pensamos no Brasil em 1889, surge uma associação imediata com o

¹ Entre 1888 e 1889, sob o comando do Visconde de Ouro Preto, uma série de projetos de reforma do sistema monetário nacional estava sendo debatida com vistas a ampliar a oferta de moeda. Esta ampliação era uma resposta à elevação da demanda por moeda decorrente da transição laborial. Ver a esse respeito Gremaud (1997).

advento da República. No entanto, este Brasil era monárquico; um Brasil para ser mostrado na França republicana, na Exposição Universal. Este *Brasil*, bem como a Exposição, apagou suas luzes junto com a Monarquia, em novembro do mesmo ano.

Em *Le Brésil en 1889*, o Brasil é um produto a ser vendido para um público difuso que frequentava as Exposições Universais: grandes eventos que funcionavam como vitrine do mundo, por um lado, e como síntese do progresso e da integração do mundo capitalista, por outro. Escrito por alguns dos mais ilustrados membros da elite monarquista nos estertores do regime, a coletânea foi organizada por Santa-Anna Nery, com contribuições de, entre outros, Eduardo Prado, Barão de Rio Branco, André Rebouças, Amaro Cavalcanti. O objetivo central era apresentar os progressos empreendidos ao longo do curto período em que éramos um Estado nacional e ressaltar o papel da Monarquia – notadamente do Segundo Reinado, e da pessoa do imperador d. Pedro II – nesse processo. Assim como *Le Brésil*, organizado por Lévasseur², o livro ficava exposto e era comercializado no pavilhão brasileiro da Exposição Universal de Paris de 1889. Em função da natureza da obra, muitos dos artigos escritos para *Le Brésil en 1889* eram bastante descritivos. No entanto, alguns autores, como André Rebouças, Rio Branco e Eduardo Prado, deixam transparecer em seus textos suas respectivas interpretações do Brasil.

Em que pesem as diferenças existentes entre os três autores, todos partilhavam uma percepção da Exposição

² *Le Brésil* não será objeto de nossa análise neste texto. O livro é a ampliação do verbete de mesmo nome escrito por Lévasseur para a *Grande Encyclopédie Française*, que contou também com a colaboração de muitos dos autores que escrevem em *Le Brésil en 1889*. Alguns textos, como o de Rio Branco, são embriões de livros posteriores (caso de *A história do Brasil*), ou muito parecidos com os que se encontram no outro livro (caso de Eduardo Prado). Uma edição brasileira foi publicada em 2000, agregando ao livro um outro, organizado por Rio Branco, sobre “as vistas do Brasil”, coleção de fotos e gravuras sobre os centros urbanos brasileiros.

como um espaço privilegiado para garantir ao Brasil seu lugar de direito entre os povos civilizados, e viam a si mesmos como os responsáveis pela execução desta tarefa. Constroem nos seus textos uma concepção de Brasil como potência do futuro, terra de oportunidades, ao mesmo tempo imersa na América e diferenciada desta pelas suas ligações com a Europa e com a civilização. O novo continente representava o potencial de geração de riquezas, não apenas pela realização da “vocação agrícola”, mas também (como toda a participação do país na Exposição buscava destacar), pelo potencial de desenvolvimento urbano e industrial. Por outro lado, enfatizavam a inserção do Brasil na história europeia; a continuidade, seja pela manutenção do regime monárquico, do qual eram grandes entusiastas, seja pela colonização e pela imigração dos europeus, elemento definidor da formação (presente e futura) do povo e da cultura do Brasil.

78

A identidade brasileira que emerge desses textos é, paradoxalmente, uma identidade europeia. A escravidão é apresentada como uma contingência da formação econômica (já no passado e em vias de ser “corrigida” pela imigração massiva de europeus). O republicanismo é apresentado como um “problema” dos nossos vizinhos não tão civilizados. Talvez por isso tenha sido tão difícil para nossos autores se anteciper e se adaptar aos eventos de novembro de 1889. Rebouças acompanha a família imperial ao exílio, onde mais tarde se suicida; Eduardo Prado procura combater a “ditadura republicana” e também encontra precocemente a morte por febre amarela. Apenas Rio Branco vai não apenas seguir na vida pública a serviço do Estado, como tornar-se um dos personagens centrais da Primeira República no Brasil.

Este texto está dividido em duas partes. Na primeira, trataremos do significado das Exposições Universais (em especial a de 1889), incluindo um histórico da participação

brasileira nesses eventos ao longo do Império. Na segunda parte apresentaremos os três artigos que nos interessam mais particularmente em *Le Brésil en 1889*: o “Esboço da história do Brasil”, de Rio Branco; “A imigração”, de Eduardo Prado; e “Zonas agrícolas”, de André Rebouças. Procuraremos discutir os pontos de aproximação e de divergências dos três autores e identificar, em suas contribuições para o livro, alguns eixos da discussão sobre identidade brasileira no final do século XIX, que continuarão a ser importantes para compreender as ações políticas da República que se instala.

As Exposições Universais e a participação do Brasil em 1889

As Exposições Universais são eventos que começam a ser organizados a partir de 1851, em Londres. Segundo Heloísa Barbuy, as exposições universais

constituíam-se na mais condensada representação material do projeto capitalista de mundo. Reuniam, num mesmo espaço, representações das regiões em expansão (países europeus e Estados Unidos emergentes), das regiões sob pleno domínio colonial e das regiões distantes (do ponto de vista imperialista), promissoras fontes de matérias-primas, como a América Latina. Uma verdadeira representação do mundo, tal como concebido pela filosofia dominante (1996, p. 211).

Eram uma vitrine para o mundo. Nelas eram propagadas descobertas científicas e reforçados estereótipos (por exemplo, de países exóticos e tropicais), com a exposição de plantas e animais. A ideia que presidia as exposições era a de um mundo único, interligado pelo comércio e pela ciência. O desenvolvimento capitalista parecia então ilimitado; o século do progresso levava à crença numa evolução expo-

nencial da humanidade, ao mesmo tempo em que até os mais afastados rincões do mundo agora se abriam à comunicação com a vanguarda europeia da civilização.

As exposições tinham um objetivo declarado de fomentar o comércio internacional, bem como projetar os países – notadamente os europeus e os Estados Unidos – como hegemônicos no campo internacional. Ao mesmo tempo, eram espaços nos quais se poderia desenvolver a educação das massas e onde os valores do novo mundo capitalista poderiam ser disseminados. Em suma,

as exposições funcionaram como síntese e exteriorização da modernidade dos “novos tempos” e como vitrina de exibição dos inventos e mercadorias postos à disposição do mundo pelo sistema de fábrica. No papel de arautos da ordem burguesa, tiveram o caráter pedagógico de “feito demonstração” das crenças e virtudes do progresso, da produtividade, da disciplina do trabalho, do tempo útil, das possibilidades redentoras da técnica (Pesavento, 1997, p. 14).

80

Esses eventos eram responsáveis pela circulação de mercadorias e ideias do novo mundo que se abria sob a liderança europeia, secundada pelos Estados Unidos, cada vez mais importantes no cenário mundial. Mais ainda, as exposições eram fundamentais como espaços de divulgação e defesa dos Estados nacionais, que se faziam representar nos pavilhões construídos com verbas oficiais aliadas ao capital privado. Durante meses os pavilhões mostravam a pessoas do mundo todo uma síntese do que se produzia, pensava e vivia nos países ali representados³. Num mundo que ainda

³ Os pavilhões eram espaços físicos onde se buscava representar o país. Não cabe aqui a discussão sobre o caráter da representação, mas é importante chamar a atenção para o aspecto “fabricado”, “construído” da imagem dos países. Só como exemplo, o pavilhão do Brasil na Exposição Universal da Filadélfia, de 1876, era de inspiração mourisca, algo totalmente apartado da realidade arquitetônica nacional.

não conhecia os meios de comunicação de massa, as exposições tinham uma importância imensa na divulgação das novas técnicas, ideias e instrumentos do mundo moderno, tornando-se, assim, “um veículo de comunicação de massa *avant la lettre*” (Barbuy, 1993, p. 301).

A primeira exposição universal ocorreu em Londres, em 1851. A partir daí, foram mais quinze até o final do século. A participação do Brasil nesses eventos, e o considerável investimento necessário para organizar uma representação em cada uma dessas ocasiões, foram objeto de intenso debate no país. Ao que tudo indica, o imperador d. Pedro II, particularmente atraído pelas novas tecnologias, e sensível à questão da imagem do país no mundo, era um dos grandes entusiastas da ideia, mas nem sempre conseguiu apoio político para financiar a participação brasileira. A despeito das dificuldades, a presença brasileira nas exposições foi se tornando cada vez mais ampla ao longo do século XIX, apoiada em grande medida por interesses privados.

Durante a Monarquia, o Brasil participou das exposições de 1862 (Londres), 1867 (Paris), 1873 (Viena), 1876 (Filadélfia) e 1889 (Paris). Em todas as ocasiões buscava-se, evidentemente, projetar uma imagem positiva do Brasil, que atraísse capital, mão de obra e prestígio para o país. A participação na exposição envolvia a montagem de um pavilhão no qual se expunham as riquezas do país, e também a elaboração de material bibliográfico, com informações as mais variadas, que iam da geologia à produção artística nacional.

Em 1867, o comitê responsável pela participação do Brasil na Exposição de Paris organizou um pequeno volume de 130 páginas no qual descrevia as riquezas naturais, a economia e as instituições políticas do país. No volume *The Empire of Brazil at the Paris International Exhibition of 1867*, destaca-se a ação civilizadora do Estado em relação aos índios e se reconhece a preocupação internacional com a questão da escravidão; no entanto, de acordo com o relatório:

Os escravos são tratados com humanidade e geralmente bem instalados e alimentados. Na maior parte das *plantations*, é-lhes permitido cultivar porções de terra por sua própria conta, e dispor do produto com toda liberdade. O trabalho é atualmente moderado e usualmente estende-se apenas pelo período diurno; as noites são dedicadas ao repouso, à prática das religiões, à diversão para todos. Esta instituição foi imposta no Brasil por força de circunstâncias particulares que datam dos primeiros anos do descobrimento. As questões de que depende sua total supressão ocupam a mais séria atenção do Governo; o sentimento a esse respeito foi recentemente manifestado na resposta endereçada à *French Abolition Society* (1867, p. 31).

82

Para a Exposição de Viena, a mesma publicação foi atualizada e incrementada; chegou a 300 páginas, mas manteve a mesma estrutura, destacando a Lei do Ventre Livre e a “inevitabilidade do fim da escravidão”. De acordo com os editores de *The Empire of Brazil at the Vienna Universal Exhibition of 1873*,

para tornar o Império do Brasil bem conhecido no exterior, e também para fornecer aos imigrantes as informações necessárias, um cuidado especial foi tomado no sentido de dizer a verdade, somente a verdade.

Em 1876 era a vez da Filadélfia. A *Centennial*, como ficou conhecida a exposição, festejava os cem anos da independência norte-americana e servia como palco para a introdução do país na galeria dos mais importantes do planeta. A América fazia sua entrada triunfal e celebrava o progresso da civilização nas terras do Novo Mundo. A celebração da nacionalidade norte-americana era a tônica da Exposição; a *Centennial*

atuou como um poderoso elemento de reafirmação de uma identidade coletiva nacional, articulando um conjunto de ideias, crenças, valores e mitos num todo articulado, socialmente desejável e intelectualmente compreensível (Pesavento, 1994, p. 157).

A exposição foi aberta em maio de 1876, com a presença do presidente Grant e do imperador d. Pedro II. Sua ênfase era na exibição de novas máquinas, que maravilhavam a audiência e mostravam a superioridade dos Estados Unidos também nesse setor. Não se tratava mais apenas do “celeiro do mundo”, com a sua potencialidade agrícola, mas também de um país voltado ao progresso. Obras foram escritas especialmente para o evento, contando a história norte-americana e os feitos de cem anos da jovem nação. Nessa história, estava presente também, além dos temas de ordem econômica e política, a questão da população, com um viés fortemente racista, exaltando a supremacia branca na construção da nação civilizada.

Para o Brasil, a participação em 1876 foi vista como mais um momento de apresentação para o mundo e, nesse caso, a partir do continente americano. Assim como os Estados Unidos, o Brasil havia sido colônia europeia, mas trazia, justamente por isso, o laço de continuidade com a civilização. Os Estados Unidos eram já uma potência, e o Brasil começava a criar a imagem de um país promissor; tal possibilidade era aumentada pela presença de um monarca e de uma monarquia que conferiam ao país a estabilidade ausente em outros países da América hispânica. A participação no evento foi cercada de entusiasmo, notadamente por parte do imperador que, com sua “curiosidade intelectual”, despertou atenção e simpatias generalizadas (Pesavento, 1994). Mesmo assim, o Brasil mostrou, a despeito de seus esforços, que continuava um país bastante defasado em relação aos europeus civilizados e aos Estados Unidos, e ainda marcado

pela existência da escravidão. O “exotismo” continuou sendo a maior marca do país, até porque

o Brasil empenhou-se em levar uma amostragem a mais completa possível das potencialidades do país. O que ressaltava, contudo, eram as potencialidades de suas riquezas naturais: café, madeira, minérios, plantas exóticas (Pesavento, 1994, p. 163).

O relatório produzido dois anos depois, por uma comissão que avaliava a participação do Brasil, chamava a atenção para os limites alcançados com a política de se apresentar o país apenas no seu aspecto “exótico e tropical”, e para a necessidade de adotar um outro caminho, enfatizando o progresso associado à modernização, à indústria e ao trabalho: “o relatório enfatizava que não era possível continuar a nação iludida com as suas potencialidades naturais” (Pesavento, 1994, p. 164).

84

Em 1889, Paris voltava a ser palco de uma Exposição Universal. A coincidência de datas levou a França a organizar uma exposição que também era a celebração do triunfo da Revolução Francesa, “criação” do próprio país, e da civilização universal. Entre outras maravilhas doadas ao mundo, a França era a responsável pela consolidação do regime republicano e pela divulgação da ideia dos Direitos do Homem. Se os Estados Unidos eram o país mais promissor em termos de desenvolvimento, se a Inglaterra ainda era a referência em termos industriais, a França ocupava a posição de centro irradiador dos valores fundamentais da civilização. Em meio a crises internas (a derrota para a Alemanha era recente, bem como as perdas territoriais e financeiras resultantes), a Exposição foi uma maneira de resgatar o patriotismo francês e buscar a reafirmação da França entre as principais potências mundiais.

Pelo lado brasileiro, a participação na exposição francesa acarretava ao menos um problema: a ênfase no caráter republicano da festa incomodava o Império assolado por crises e por um crescente movimento republicano que ameaçava o regime. Não foi outro o motivo de tantos titubeios na confirmação da participação brasileira, que acabou sendo ratificada em cima da hora. Assim como outras monarquias, o Brasil absteve-se de participar das comemorações do centenário da Revolução; esteve presente apenas à exposição e, mesmo assim, de modo não oficial. Não foi o governo brasileiro que organizou o pavilhão, mas sim o *Syndicat du Comité Franco-Brésilien*, grupo privado formado por homens da elite brasileira e parceiros franceses, sob as bênçãos (e financiamento) da monarquia brasileira.

Uma das poucas monarquias a participar da Exposição “republicana”, o Brasil mudara em relação a 1876. As recomendações do relatório referente à exposição da Filadélfia surtiram efeito. Em busca de capitais e braços e no afã de criar uma imagem positiva e civilizada do país, o Brasil tenta agora mitigar a ênfase no exotismo do país, procurando chamar a atenção para a produção de manufaturas, a produção cultural, o crescimento urbano e de infraestrutura – embora sem deixar de lado o apelo às belezas e riquezas naturais do país. Se o esforço foi feito, a recepção, entretanto, não foi das melhores:

Assim, os dois andares superiores denotavam já um quadro industrial e “civilizado”, pelo qual passaram quase sem comentar os cronistas que escreveram sobre o Brasil. Fosse porque nossos produtos não fizessem frente em qualidade e em quantidade aos similares europeus ou porque tal quadro não correspondesse ao que se esperava do Brasil, são muito poucos os registros a respeito. Enquanto sobre os produtos brutos, agrícolas ou extrativos podem-se ler exclamações e entusiasmos, silêncio quase total para a

exibição manufatureira e para os produtos mais refinados (Barbuy, 1996, p. 223).

Para alguns críticos, a mudança de estratégia do Brasil foi responsável pela perda do interesse do público no país, em comparação com outros países americanos. Assim, de acordo com Cizeron:

Clichês clássicos tornam-se figuras impostas aos países por ocasião das Exposições universais, e se apresentam como uma condição necessária para a adesão dos públicos. As primeiras aparições são, assim, coroadas de franco sucesso porque o Brasil corresponde às expectativas. Mas as seguintes recebem uma acolhida mais mitigada; às vitrines positivistas e modernas de 1889-1914 faltam as bizarrices tão procuradas. Os visitantes ficam indiferentes. Passam ao lado do país sem observá-lo ou olhando-o por cima, principalmente diante do México, que erigiu um templo asteca bem no meio do espaço americano. Uma verdadeira atração (2009, p. 141).

86

A “natureza” continuou a ser o foco da atenção dos franceses⁴, que pareciam particularmente fascinados pela presença de uma enorme vitória-régia no pavilhão do Brasil. No entanto, ainda que pese a perda de apelo popular, a mudança na estratégia brasileira parece ter sido conscientemente desenhada para apoiar a reivindicação de um “lugar entre os países civilizados no mundo”. Buscava-se escapar, em alguma medida, da pecha do exotismo, embora continuasse a ser destacado o imenso potencial

⁴ Heloísa Barbuy, entretanto, considera que a recepção entre os franceses foi positiva. A despeito de críticas à produção cultural e artística e da ênfase na questão da pujança natural, os cronistas franceses, em sua maioria, enfatizaram o potencial do Brasil e chamaram a atenção para a necessidade de a França enviar capitais e braços à jovem nação. Ver a esse respeito Barbuy (1996).

de riqueza do território brasileiro na busca por investidores e trabalhadores; como assegura Santa-Anna Nery aos candidatos à emigração, vir para o país “é a prosperidade garantida, pois o que falta no Brasil não é a terra, são os braços” (1889, p. XV).

Em 1889, o investimento na participação brasileira foi muito mais amplo do que anteriormente. Essa afirmação pode ser medida de várias maneiras: pelos recursos envolvidos, pelo espaço ocupado pelo Brasil, e também pelo material bibliográfico publicado pelo próprio país. Em parte, essa mudança reflete o lugar de Paris no imaginário da elite brasileira. Como observa Maria Ines Turazzi: “Com a Inglaterra o Brasil estabelecia tratados de comércio, cláusulas de isenção de tarifas, contratos para a construção de estradas de ferro, importação de mercadoria e maquinismos. Mas é o brilho da França que ilumina e atrai os espíritos letrados do país, sobretudo na Corte” (1995, p. 94).

Não obstante, uma outra exposição já havia sido organizada em Paris em 1867, sem receber, no entanto, a mesma atenção. Vários são os motivos que podem ser apontados: por um lado, vivia-se em plena Guerra do Paraguai, e a manutenção da escravidão ainda era um peso difícil de administrar; por outro, a necessidade de capitais e braços não era tão sentida como nestes finais da década de 1880: a questão da imigração, por exemplo, era muito mais uma questão privada do que estatal. As iniciativas ainda eram restritas aos particulares, não fazendo parte da agenda da Monarquia a chamada “grande imigração”, sendo as iniciativas oficiais ainda voltadas aos projetos de colonização de pequenos núcleos no sul do país. Mas a questão central na mudança parece ter sido mesmo a recente abolição da escravidão. Desde as primeiras exposições, diante do que era percebido como o “fim iminente” da escravidão, o Brasil já vinha investindo na atração de imigrantes europeus, mas ainda de maneira limitada. O objetivo era,

desde então, recrutar mão de obra, e também alterar a composição étnica da população do país: o branqueamento era considerado importante para o sucesso da nação. No entanto, a existência da escravidão era sinônimo de atraso, de falta de civilização, o que criava obstáculos para o ingresso do país no rol dos civilizados e para a própria imigração branca em larga escala. Agora, com a escravidão chegando ao fim, o *status* do país mudava, como pode ser depreendido do orgulho com o qual Santa-Anna Nery apresenta a abolição como a grande conquista da civilização no Brasil nos últimos anos.

Le Brésil en 1889

Santa-Anna Nery, paraense radicado em Paris, e um dos grandes responsáveis pela intensa participação do Brasil na exposição de 1889, já tinha experiência acumulada como propagandista do Brasil no exterior: publicou livros sobre a Amazônia, sobre a imigração italiana e sobre economia brasileira. Em 1889, foi o autor de um *Guide de l'immigrant au Brésil*, e organizou o volume *Le Brésil en 1889*, obra de 25 capítulos e mais de seiscentas páginas sobre temas variados como “população, território, eleitorado”, “comércio e navegação”, “imprensa”, “arte”, “finanças”, “trabalho servil e trabalho livre”, “imigração” etc. O Barão do Rio Branco contribuiu para o volume com seu “Esboço da história do Brasil”, enquanto André Rebouças escreve sobre as zonas agrícolas, e Eduardo Prado sobre imigração. Com perspectivas políticas divergentes em vários aspectos, os autores tinham um objetivo em comum: o desejo de veicular uma imagem de Brasil que fosse positiva lá fora, que pudesse atrair braços e capital, bem como o respeito dos países europeus. Enfim, tornar o Brasil um interlocutor preferencial do mundo civilizado na América do Sul. Este não representa simplesmente o projeto do Império ou da República, mas sim de uma elite dirigente e intelectual que transitou nos dois regimes

e que, acreditamos, poderia ser exemplificada de maneira mais acabada pelo Barão de Rio Branco.

Nosso objetivo, a partir de agora, é analisar alguns dos textos presentes no volume *Le Brésil en 1889*, buscando compreender que imagem de Brasil seus autores buscaram construir e em que medida há um projeto comum de país por parte desses representantes da elite monárquica ao final do regime.

Rio Branco: “Esquisse de l’histoire du Brésil”

1889 é um ano marcante na história do Brasil, e também um divisor de águas na biografia do Barão de Rio Branco. Apesar de pertencer a uma família importante da política brasileira, apenas a muito custo Rio Branco havia conseguido uma posição de cônsul do Brasil em Liverpool, que estava muito aquém das suas ambições políticas, e à qual ele se referia muitas vezes como um “exílio”. Durante os anos em que esteve lotado em Liverpool (1876-1891), o Barão estabeleceu residência em Paris. Em 1889, participou de *Le Brésil en 1889*, com um capítulo sobre a História do Brasil (“Esboço da história do Brasil”), que, segundo ele, foi escrito em apenas quinze dias, já que a maior parte da pesquisa e sistematização de informações já havia sido feita para escrever o capítulo sobre a História do Brasil no verbete “Le Brésil” para a *Encyclopédie Française*, em colaboração com o francês Lévasseur. Ainda nesse ano, o Barão escreveu a biografia de d. Pedro II, publicada na Inglaterra, e organizou um livro de imagens do Brasil para a Exposição de 1889 (*L’Album des vues du Brésil*)⁵.

Já nessa época o Barão parecia bastante consciente da importância do conhecimento sobre o Brasil nas relações

⁵ O Barão de Rio Branco, a despeito da colaboração no livro e da participação no Sindicato Franco-Brasileiro, não foi o responsável por dar forma à participação do Brasil na Exposição Universal, embora seja essa a recordação de seu filho, Raul (Rio Branco, 1942).

exteriores do país, e da necessidade de “aval europeu” às informações sobre o país. Nas obras acima citadas, em pelo menos duas delas, o verbete na *Encyclopédie* e a biografia de d. Pedro II, Rio Branco age deliberadamente para omitir sua participação como autor, e garantir a “paternidade europeia” das interpretações sobre o Brasil. De acordo com carta enviada ao Barão de Ramiz, em 25 de abril de 1889:

Lévasseur queria que o artigo História figurasse apenas como meu, mas achei mais conveniente para a nossa terra que o nome dele também aí aparecesse. A importância que dou a este trabalho está em aparecer, com a autoridade do nome de Lévasseur e em obra que será consultada por todos os redatores de futuras Enciclopédias, e que terá lugar em todas as bibliotecas do mundo (1957, p. 50).

90

Posteriormente, no entanto, com a omissão total de seu nome, ele se queixa em carta para o Barão de Ourém: “Era aí que eu desejava ter meu nome, porque essa é a minha especialidade e de bom grado eu abandonaria tudo o mais ao Lévasseur” (*apud* Damante, 1961, p. 5).

Ainda sobre o artigo “Le Brésil”, em carta ao imperador, que parecia particularmente interessado nos rumos do trabalho de Rio Branco, ele afirma:

Tive pois, como Brasileiro, grande contentamento em poder concorrer para esse resultado, vendo afinal, em livro estrangeiro, uma notícia sobre o Brasil que, sem palavras inúteis, encerra grande cópia de informações, muitas inéditas, e que dará exata e lisonjeira ideia dos nossos progressos e da nossa civilização; notícia apresentada sob os auspícios de um nome europeu, como o de M. Lévasseur, reunindo, portanto, para os estrangeiros, as condições de imparcialidade que são para desejar em trabalhos desta ordem (1957, p. 63).

No capítulo sobre a história do Brasil que aparece no livro de Santa-Anna Nery, no entanto, a paternidade do texto é claramente estabelecida, e sua “exatidão” é enaltecida pelos seus contemporâneos, dentre os quais destaca-se o próprio imperador d. Pedro II. A repercussão de seus textos sobre a história do Brasil, em grande medida em função dos elogios que recebeu em resenhas publicadas nos jornais brasileiros por figuras públicas importantes como Capistrano de Abreu e Rui Barbosa, ajudam a tornar conhecida a figura de Rio Branco, antes que seu papel na negociação das fronteiras do Brasil o tornasse célebre. O “Esboço da história do Brasil” vai ser reeditado em separado logo após a edição de 1889, e mais duas vezes depois disso. *Le Brésil* de Lévasseur, por sua vez, vai ter duas edições (em separado da *Encyclopédie*) ainda em 1889, sobretudo em razão da presença do Brasil na Exposição de 1889.

A história do Brasil de Rio Branco é, sobretudo no início, uma sucessão de batalhas navais entre potências europeias. Na primeira parte do livro, “O período colonial: 1500-1800”, a formação do território do Brasil parece ser o elemento central da narrativa de Rio Branco. Com grande riqueza de detalhes, ele descreve as lutas entre portugueses, espanhóis, franceses e holandeses, com alguma participação das nações indígenas. As grandes figuras históricas desse período são conquistadores, militares, e em um segundo momento, os paulistas, que “avançaram muito longe no interior das terras, à procura de ouro e realizando caça aos índios, reduzidos à escravidão para provisionar as plantações da costa” (1889, p. 52). Os jesuítas são também mencionados, como tendo desempenhado um papel importante no processo de “civilização” dos indígenas. A julgar pela história contada por Rio Branco, em 1624 já existiam o Brasil e os brasileiros e pela primeira vez um navio europeu é tratado como invasor:

Uma segunda expedição, sob as ordens do almirante Loncq e do coronel Waedenburch, foi enviada *contra* o Brasil. De 16 de fevereiro a 2 de março de 1630, ela apoderou-se de Olinda e de Recife. Os *brasileiros*, comandados pelo general Mathias de Albuquerque, começaram então uma luta contra os *invasores* que durou 24 anos. Vários chefes brasileiros, nascidos no país, dentre os quais Luis Barbalho, Vidal de Negreiros, o índio Camarão e o negro Henrique Dias adquiriram uma justa fama nessa guerra (1889, p. 45, grifos nossos).

Sobre o povoamento, o Barão de Rio Branco é mais econômico nos comentários. Ainda que forneça para diferentes períodos da história uma estimativa numérica da composição étnica do país (porcentagem de brancos, “índios civilizados” e “escravos africanos”), não entra em detalhes sobre a formação do povo brasileiro. Tal aspecto é destacado pela resenha de Capistrano de Abreu, que reclama essa como a “única lacuna” do *Esboço*. Em relação à formação da população, a maior parte dos seus comentários nessa parte do livro diz respeito às batalhas entre colonos e jesuítas envolvendo os indígenas. Há também uma referência ao quilombo dos Palmares, na qual Rio Branco afirma que:

No momento da invasão holandesa, alguns escravos negros de Pernambuco haviam abandonado seus senhores e se estabelecido nas florestas de Palmares (Alagoas). Seu número chegou a vários milhares e eles lograram manter sua independência por mais de sessenta anos, repelindo os ataques dos holandeses, depois os dos brasileiros-portugueses. Eles só foram inteiramente subjugados em 1697, após uma guerra de muitos anos, por um pequeno exército vindo de São Paulo, conduzido por Domingos Jorge Velho. No momento da derrota final, os principais chefes negros se jogaram de um rochedo, preferindo a morte à escravidão (1889, p.63).

É interessante notar que, quer seja em relação aos brancos, aos escravos ou aos indígenas, os poucos comentários que o autor faz a respeito da população destacam as qualidades guerreiras e a coragem daqueles que formaram a nação brasileira. Sobre aspectos culturais, pouco diz, além da referência ao trabalho civilizador dos jesuítas, importante para garantir o caráter cristão da nação em formação. Destaca também o início da diferenciação e da rivalidade entre portugueses e brasileiros no início do século XVIII, referindo-se brevemente ao movimento da Inconfidência Mineira e sua relação com as ideias republicanas francesas e norte-americanas.

A história do Brasil independente começa para Rio Branco com a chegada da família real portuguesa em 1808⁶. Dentro de sua perspectiva, é como se nesse momento o “Brasil para fora” estivesse delimitado e os brasileiros fossem um grupo claramente distinguível dos portugueses, de modo que, a partir de então, a história do Brasil passasse a se desenvolver prioritariamente “para dentro”, através da construção de vias de comunicação, de instituições políticas, do estabelecimento da indústria e das artes. Os grandes homens dessa fase da história não são mais conquistadores e militares, mas políticos e empreendedores. A abertura dos portos do Brasil a outros países é interpretada por ele como o sinal mais evidente da independência do país. Ao procurar diminuir a autonomia política do Brasil e enfraquecer a

93

⁶ Rio Branco aproxima-se da interpretação de Varnhagen, por exemplo, ao enfatizar a continuidade como marca da história brasileira. Segundo essa interpretação, os três séculos de colonização foram séculos de “construção da nacionalidade” a partir das diversidades étnicas e regionais, com a presença de uma administração que as unificaria. Há uma valorização da herança portuguesa, já que esta foi responsável por legar ao Brasil um território “civilizado”. A independência seria uma consequência natural, apressada pela vinda da Corte e pelo envolvimento pessoal da família real. Sem o herdeiro, as “partes” não ficariam juntas: há uma ênfase no papel da monarquia como agente que evitou o caudilhismo e a barbárie e na superioridade da raça branca, o que leva a uma história que obscurece movimentos populares e revoltas, e coloca nos grandes homens o protagonismo (Costa, 2005).

integração entre suas partes, a política adotada pelas Cortes de Lisboa em relação ao Brasil, contrária à política “brasileira” anteriormente seguida pelo rei, é a causa da proclamação da independência do Brasil por d. Pedro em 7 de setembro de 1822.

A relação tensa entre Brasil e Portugal também será a maior responsável, dentro do raciocínio de Rio Branco, pela oposição que em pouco tempo se organizará contra d. Pedro I. De um lado, a turbulência política do Primeiro Reinado é atribuída à própria inexperiência das forças políticas da jovem nação:

Faziam-se no Brasil os primeiros ensaios do sistema representativo, e se o imperador era jovem, inexperiente e impetuoso, podemos dizer também que os partidos e a imprensa careciam ainda de educação política (1889, p. 167).

94

De outro lado, o autor aponta a rivalidade entre portugueses e brasileiros como a fonte mais forte de conflitos e instabilidade política naquele período.

Ao fim, “cansado desta oposição” e preocupado em garantir o trono de Portugal para sua filha contra as pretensões de seu irmão Miguel, d. Pedro I, “cujo maior defeito era ter nascido em Portugal”, abdica do trono em benefício de seu filho d. Pedro de Alcântara, então com 5 anos de idade, e deixa o Brasil com destino a Portugal. Nos anos seguintes, o Brasil será governado sucessivamente por regentes, até a maioria antecipada de d. Pedro II. No entanto, a relação com Portugal segue sendo definidora das mudanças políticas no país. A morte de d. Pedro I, aos 36 anos, em Portugal, é apontada como o estopim para a rearticulação dos partidos brasileiros entre conservadores e liberais, que segundo sua análise vai ser o eixo articulador da política no país: “Desde 1836, toda a história política do Brasil resume-

-se à luta entre dois grandes partidos constitucionais, o conservador e o liberal” (1889, p. 171).

Rio Branco faz poucas citações ao longo do texto, e quando as faz busca apoio externo para sua própria visão política, crítica do federalismo e favorável à manutenção da unidade. A defesa da integração territorial e política, por sua vez, é o ponto que fornece unidade à história do Brasil antes e depois da independência. Mais ainda, tal defesa é vista como a grande tarefa dos atores políticos do século XIX. Dentro dessa perspectiva, defende a atuação do Brasil na “pacificação dos conflitos no Prata” e destaca a importância dos conflitos sobre a navegação do rio Amazonas. Manutenção da integridade territorial e luta contra o federalismo aparecem profundamente inter-relacionadas na história do Brasil segundo Rio Branco, e formam também a base de sua visão da política. Assim, as demandas federalistas dos “Exaltados”, durante a Regência, são retratadas como ameaças à unidade do país; se tivessem vingado, teriam se tornado “a causa de lutas semelhantes às que travancaram o progresso de vários estados hispano-americanos” (1889, p. 171). Assumindo plenamente a perspectiva dos “Saquaremas”, Rio Branco saúda a Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1840, destinada a pôr fim “às invasões das Assembleias (Provinciais) sobre as atribuições do Poder Central ou sobre a autonomia municipal”. A antecipação da maioria de d. Pedro é também elogiada, por estar de acordo com a opinião da grande maioria da nação “frente ao insucesso dos governos eletivos em manter a ordem pública e a união das províncias” (1889, p. 172). O ano de 1850 representa uma inflexão na história do país, pelo fim do tráfico negreiro e pelo início de um período de calma interna, com o fim das guerras civis; o período da Conciliação, inaugurado com o ministério Paraná em 1852, marca o começo dos “grandes progressos vividos pelo Brasil.”

Nessa parte do texto, como no início da narrativa, Rio Branco pouco diz sobre o povo brasileiro. Detém-se sobre o movimento em prol da abolição da escravidão, e as várias etapas cumpridas pelo governo imperial em direção a esse objetivo. Destaca José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e Ferreira de Menezes como grandes defensores da abolição, e afirma que esta era uma grande preocupação de d. Pedro II, assim como de uma boa parte dos homens políticos brasileiros,

sobretudo após a luta sangrenta de que os Estados Unidos foram palco [...]. Era para o Brasil uma questão difícil, já que todo o trabalho estava nas mãos dos escravos, que compunham então um quinto da população total do Império (1889, p. 127).

96

Com a abolição da escravidão, a imigração passa a ser uma das grandes questões políticas do Brasil. Mas se o movimento abolicionista ganha espaço ao final do texto, o mesmo não acontece com o movimento republicano: sintomaticamente, o partido e o movimento republicanos não aparecem na narrativa feita por Rio Branco da história política do país.

O último parágrafo do *Esboço* sintetiza a visão de um país pronto, no que se refere a suas instituições políticas; uma monarquia constitucional centralizada caminhando para o futuro, para a modernização, e aberta aos imigrantes sob a autoridade esclarecida e benevolente de d. Pedro II:

Nos últimos quarenta anos, o Brasil, pacificado no seu interior, tem feito grandes esforços, sob a direção de d. Pedro II, para expandir a instrução, para elevar o nível de ensino, para desenvolver a agricultura, a indústria e o comércio, e para tirar partido das riquezas naturais do solo pela construção de vias férreas, pelo estabelecimento

de linhas de navegação, e por meio de favores concedidos aos imigrantes. Os resultados obtidos após o fechamento do período revolucionário são já consideráveis: em nenhuma parte da América, exceto nos Estados Unidos e no Canadá, a marcha do progresso foi mais firme e mais rápida (1889, p. 132).

Não por acaso, a proclamação da República, poucos dias após o fim da Exposição de 1889, surpreendeu e decepcionou profundamente o Barão, que, antes de se tornar uma das figuras políticas mais importantes do novo regime, cogitou abandonar a vida pública. No entanto, sua interpretação dos eventos de 15 de novembro de 1889, que pode ser encontrada em cartas que trocou com diversos interlocutores, até mesmo com d. Pedro II, revelam coerência com o padrão de interpretação encontrado no *Esboço*: era ainda o ressentimento que os brasileiros nutriam pelos portugueses que contribuiu para a aproximação com as ideias “americanas”.

A América, na história do Brasil do Barão de Rio Branco, é, de início, um território aberto à conquista dos valentes europeus; e, num segundo momento, já pacificado, destino de europeus laboriosos, aos quais caberia povoá-lo. Poucas referências, quase sempre negativas, são feitas às Repúblicas sul-americanas (como também fica claro nesse último parágrafo), assim como pouca ênfase é dada ao lugar de negros e índios como parte do povo brasileiro. Os primeiros quase sempre são mencionados em relação ao seu papel na agricultura, e os índios como uma contribuição valiosa ao povo brasileiro, “desde que civilizados”. Os europeus são os maiores protagonistas da história do Brasil e é a rivalidade entre brasileiros e portugueses que explica os grandes momentos da história política do país. O texto de Rio Branco de certo modo revela ambiguidade entre a afirmação de uma identidade nacional brasileira, e a identificação do autor com a Europa como civilização. O país retratado por ele forma-se

como parte dessa civilização, o que o singulariza em relação aos países vizinhos. Quando se tornar ministro das Relações Exteriores, sua preocupação com a manutenção da integridade territorial e unidade da nação continuará a ser importante; já sua interpretação do lugar do Brasil entre América e Europa vai se modificando, sobretudo à medida que a República se consolida, e a nostalgia monárquica se torna mais distante. Ao mesmo tempo, Portugal perde importância e os Estados Unidos começam a se destacar no sistema internacional. De qualquer maneira, o *Esboço* é um material importante para compreender a formação do pensamento daquele que vai definir por muitos anos os rumos da política externa brasileira.

Eduardo Prado: “Immigration”

98

Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, monarquista convicto, filho de uma família paulista aristocrática, Eduardo Prado manteve-se fiel à Monarquia até o fim da vida. Logo no início da República, teceu críticas ácidas ao novo regime no seu *Fastos da ditadura militar no Brasil* (1890). Seu livro mais conhecido, *A ilusão americana*, foi proibido pelo governo republicano. Jornalista, dedicou-se à crítica literária, travando amizade com nomes como Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz. Em *Le Brésil en 1889* escreveu dois textos: um sobre imigração e outro sobre arte (“Immigration” e “L’Art”). A despeito da importância do texto sobre arte para a análise do conjunto da obra, no escopo deste trabalho apenas “Immigration” será objeto de análise.

“Escrever a história do Brasil é escrever a história da imigração no território desse país”, afirma Eduardo Prado no início de seu artigo. E é justamente esta a proposta do autor aqui: contar a história do país através de seu povoamento. Para ele, essa é uma história protagonizada por europeus e seus descendentes, segundo ele a grande maioria da população de 14 milhões de habitantes do Brasil. De fato, Prado

vai ainda mais longe e afirma que a própria existência da “nação brasileira é a melhor prova das condições favoráveis que essas raças (do velho mundo) encontraram para seu desenvolvimento no passado e sua expansão no futuro” (1889, p. 473). Não que essa história tenha sido fácil: nos primeiros séculos de colonização, a Europa não gerava muitos emigrantes; além disso, Portugal defendia o Brasil dos estrangeiros, de modo que o país “só se povoava lentamente, pelos colonos portugueses, que logo trouxeram negros da África transformados em escravos” (1889, p. 473). As invasões estrangeiras como a holandesa, por sua vez, deixaram poucos habitantes de origem europeia. Coube aos colonos do Sul, os “paulistas”, avançarem para o interior. Os índios foram dizimados, enquanto os negros escravos quase não se reproduziam. A entrada de europeus permaneceu em níveis muito baixos até a abertura dos portos brasileiros ao comércio com outros países, depois da vinda da família real portuguesa ao país.

99

Prado critica os primeiros colonos portugueses, por sua resistência em irem para as fazendas e sua obstinação em permanecerem nas cidades da costa, como pequenos comerciantes ou “pequenos parasitas do governo”, sem acrescentar ao Brasil “energia moral” ou renovação das forças produtivas. Ao mesmo tempo, no entanto, atribui esse comportamento aos efeitos da existência da escravidão, que desestimula o trabalho do homem livre.

O Brasil, de certa forma, representa a possibilidade de superação de problemas da Europa. Sobre a experiência da colonização de Friburgo, no Rio de Janeiro, ainda durante o Brasil colônia, afirma Eduardo Prado:

pela primeira vez os portugueses e os representantes de um povo do Norte da Europa irão se encontrar em um outro hemisfério sem ter que disputar uma conquista através das armas (1889, p. 481).

Dessa experiência ele conclui entusiasticamente que “a antiga colônia se tornou a herança comum dos deserdados das velhas sociedades atravancadas da Europa” (1889, p. 481), possibilitando assim o surgimento de brasileiros de olhos azuis, cabelos louros e sobrenomes alemães.

No Brasil independente, o governo tomou medidas de incentivo à imigração. Várias colônias de alemães foram fundadas, sobretudo no sul do país. Mesmo não sendo todas bem-sucedidas, Prado lhes atribui um efeito positivo sobre o crescimento da nação, e sobretudo uma “influência moral e civilizadora” benéfica ao país.

Eduardo Prado louva também o papel dos grandes fazendeiros visionários que arcaram com os altos custos de promover a imigração de europeus para trabalhar na cultura de café. De início, personagens como o senador Vergueiro promoveram a convivência de trabalhadores imigrantes e de escravos, situação que se tornou insustentável e que, segundo ele, foi o fundamento da decisão de abolir a escravidão. A vinda de imigrantes levou não apenas à reabilitação do trabalho, como também ao fim pacífico da escravidão, situação oposta à dos Estados Unidos, onde “quanto mais o homem de cor se aproxima do homem branco, mais ele encontra antipatia e repulsão” (1889, pp. 489-490). Em uma espécie de “teoria da democracia racial” *avant la lettre*, o autor afirma que a tolerância no Brasil é mais ampla do que as próprias leis, enquanto nos Estados Unidos a liberalidade das leis não consegue fazer frente ao acirramento dos ânimos. Por essa razão, o fim da escravidão nos Estados Unidos teria conduzido à guerra, ao passo que o Brasil seguiria outro caminho: “A raça branca deve retomar a preponderância numérica, pelo contingente trazido pela imigração europeia, e simultaneamente esta favorecerá a reabilitação do escravo” (1889, p. 490). A prosperidade de uns e a emancipação dos outros, diz ele, são interdependentes. Como evidência

de seu raciocínio, Prado argumenta que os estrangeiros estavam entre os principais defensores da abolição no Brasil e que os mascates italianos influenciaram os negros nas plantações a manter um relacionamento pacífico com seus senhores. Prado considera que, em São Paulo, o fim da escravidão foi selado com a vinda dos primeiros imigrantes europeus ainda antes de 1888, e atribui a dois médicos norte-americanos a responsabilidade pelo único crime cometido durante a luta abolicionista no Estado: o assassinato de um funcionário partidário da abolição.

O autor refere-se ainda aos desentendimentos entre empregadores e imigrantes em torno dos termos dos seus contratos, e critica a ação dos cônsules da Alemanha, Portugal e Suíça, como agravadora dos desentendimentos. De acordo com uma investigação do governo brasileiro, citada pelo autor, as causas dos conflitos estavam, em primeiro lugar, no “pouco zelo e discernimento” dos agentes encarregados do recrutamento, que não se preocupavam com a idade, profissão, saúde e moral dos colonos e, em segundo lugar, em uma legislação falha e na má administração da justiça. Teriam sido essas as razões que levaram alguns países europeus a proibir a emigração para o Brasil. Os colonos não tinham uma ideia clara do país para onde estavam vindo; mas, aos poucos, de acordo com ele, os problemas foram sendo resolvidos. Para amparar sua tese, cita números e informações retirados do estudo de Lévasseur e concentra sua análise na imigração para a região sul. Embora não considere impossível a adaptação do europeu ao norte do país, acredita que o dinheiro do governo seria melhor gasto ajudando a imigração para lugares onde ela teria mais chance de dar certo, ou seja, o sul do país. Eduardo Prado resume no trecho abaixo suas considerações sobre o papel do Estado na economia e a relação entre as regiões do Brasil:

A missão do governo é ajudar o desenvolvimento natural da expansão econômica; toda criação artificial é necessariamente estéril e nociva. O norte do Brasil deve receber, por enquanto, toda a ajuda do governo sob a forma de redução de impostos, de extensão de suas estradas de ferro, de melhoramento de seus portos, de aperfeiçoamento de seu equipamento industrial e econômico, de que a população atual, relativamente mais densa que alhures, gozará imediatamente, e que a imigração natural do sul porá em marcha com um real proveito (1889, p. 506).

102

Prado conclui com uma exortação à emigração dos franceses para o Brasil, que é tímida em comparação à de italianos e alemães, para isso exaltando o ambiente de tolerância religiosa, as condições para a prosperidade e a receptividade dos brasileiros. Como não poderia deixar de ser, suas últimas palavras são um elogio ao sistema político brasileiro. Os estrangeiros que chegarem ao Brasil encontrarão uma nação amiga e policiada,

eles gozarão de uma plena segurança e de uma completa independência, terão enfim apoio e proteção sob a égide de um governo e de instituições que deram ao país, durante um período de quarenta e dois anos, uma era ininterrupta de paz e prosperidade (1889, p. 507).

Chama a atenção, na exposição de Eduardo Prado, a ausência de conflitos: entre escravos e homens livres, imigrantes e donos de terras, negros e brancos. A história contada por ele é a de um país pacífico, tolerante, com um povo em formação, composto em grande parte por filhos da Europa e prestes a se completar com a chegada de grandes contingentes de imigrantes de raça branca.

André Rebouças: “Les zones agricoles”

Os 25 capítulos de *Le Brésil en 1889* são bastante heterogêneos do ponto de vista formal, contendo desde textos muito pontuais e curtos, com menos de dez páginas, até contribuições de maior fôlego, com mais de oitenta páginas. Neste último caso estão dois artigos: o esboço da história do Brasil, do Barão do Rio Branco, e um detalhado trabalho sobre as zonas agrícolas brasileiras, assinado por André Rebouças. Embora se apresente como uma descrição das diferentes regiões agrícolas do país, de norte a sul, o texto é fortemente normativo, refletindo bem o momento da trajetória de André Rebouças em que o texto foi produzido: após participar do movimento abolicionista, dedicava-se agora especialmente à causa da imigração. Mas não qualquer imigração, e sim um certo tipo de imigração, associado a uma reforma profunda da estrutura agrária brasileira (Carvalho, 1998; Trindade, 2004).

Ao longo do texto, Rebouças procura demonstrar seu conhecimento técnico e sua experiência acumulada como engenheiro de obras públicas nas décadas anteriores, citando vários artigos e projetos de engenharia – dele e do já falecido irmão, Antonio Rebouças.

Na sua exposição, Rebouças divide o território brasileiro em dez grandes zonas agrícolas: a amazônica (contendo as províncias do Pará e do Amazonas); a do Parnaíba (Maranhão e Piauí); do Ceará; do Paraíba do Norte (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas); do São Francisco (Sergipe e Bahia); do Paraíba do Sul (Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo); do Paraná (Paraná e Santa Catarina); do Uruguai (Rio Grande do Sul); a auroferrífera (Minas Gerais) e finalmente a Zona Central (Goiás e Mato Grosso). Cuidadosamente, ele descreve cada uma das dez zonas agrícolas abordando alguns itens principais: a qualidade da terra, os principais produtos naturais encontrados, a agricultura da região, as principais vias de comunicação,

como rios e estradas de ferro, os principais produtos de exportação e as características da imigração para as diferentes províncias.

O retrato pintado por Rebouças é de um país pacífico e hospitaleiro, de terras férteis, pródigo em produtos e riquezas naturais, aberto aos imigrantes e à indústria estrangeiros. Ao longo de sua exposição, abertamente ou nas entrelinhas, o engenheiro vai defendendo o que considera ser o melhor caminho para o progresso do país e para a formação da nação. Suas principais bandeiras tornam-se mais claras à medida que o texto avança: a diversificação da produção e a divisão das terras em pequenas propriedades, atraindo a figura do “imigrante-proprietário”. Assim, para cada zona agrícola, o autor não se atém ao principal produto natural encontrado na região, ou ao mais importante produto agrícola então explorado: gasta muitas páginas descrevendo, em cada região, produtos agrícolas e industriais que, se ainda não são produzidos, poderiam sê-lo no “Novo Brasil” (termo usado por ele).

104

A ideia do imigrante-proprietário aparece associada à diversificação da produção. As tentativas anteriores de incentivo à imigração, diz ele, falharam devido à escravidão que ainda vigia no Brasil. O modelo de imigração a ser incentivado no Novo Brasil deveria, justamente, afastar-se diametralmente do regime de trabalho de posto, o que só poderia ocorrer através da figura do imigrante-proprietário. O imigrante, diz ele, deveria ganhar a propriedade direta da terra, e não ficar à mercê das ordens de proprietários “por vezes egoístas”. Nesse ponto, fica clara a diferença entre as perspectivas de Rebouças e de Eduardo Prado em relação à imigração. Em seu capítulo sobre imigração, de fato, Prado louvava as iniciativas de grandes proprietários que desde antes da abolição já empregavam colonos europeus, “mais um ato de filantropia e patriotismo do que um negócio”, e passava longe da ideia de

imigrantes-proprietários ou de qualquer modificação na estrutura agrária.

Ao tratar da imigração para as diversas províncias do país, Rebouças projeta sua imagem de Brasil futuro, parecendo, por vezes, um tanto distante da realidade. Sobre o imigrante que se dirigiria em breve a Pernambuco, por exemplo, diz Rebouças:

O imigrante-proprietário cultivará a baunilha com sua mulher e seus filhos; criará abelhas e bicho-da-seda; cultivará abacaxis e os belos frutos do Brasil; exercerá, enfim, uma multiplicidade de pequenas indústrias com produtos naturais, tão abundantes nas florestas do país (1889, p. 135).

Ao contrário do que se pensava, o calor nessa zona agrícola “não atinge jamais os níveis conhecidos na Lombardia, em Nápoles, na Espanha e em todo o Mediterrâneo” (1889, p. 235). Aqui, mais uma vez, Rebouças se afasta de Eduardo Prado ao salientar a viabilidade da imigração estrangeira para as províncias do Norte do Brasil (Norte entendido em sentido amplo, abrangendo o Nordeste), desde que acompanhada pelo regime de pequena propriedade: “Repetimos mais uma vez: a imigração nas províncias do norte do Brasil alcançará pleno sucesso se colocarmos os imigrantes nas belas montanhas e se lhes dermos a propriedade imediata da terra” (1889, p. 243).

O império tomaria para si a tarefa de tornar o Brasil, de norte a sul, um país onde os imigrantes europeus se sentissem perfeitamente acolhidos, encontrando aqui um prolongamento de seu país de origem. Assim, por exemplo, no Rio Grande do Sul, a tradicional indústria de carne-seca estava nos seus estertores, sendo o charque “um resto de barbárie ligado à escravidão”. Os imigrantes chegados deveriam se dedicar à produção de trigo e de vinho, mais dignos de países civilizados:

Nós esperamos poder anunciar, em três ou quatro anos, aos imigrantes das belas raças mediterrâneas, que o Brasil é um país de pão e de vinho, e que eles estarão aqui tão confortáveis quanto na França ou na Itália (1889, p. 265).

Na Bahia, para impulsionar a produção de tabaco feita em pequenas propriedades, Rebouças sugeria o estabelecimento de fazendas-modelo, dirigidas por agrônomos franceses, que ensinariam aos produtores a melhor maneira de produzir o tabaco de qualidade, exigido pelo mercado francês. Rebouças saudava também a iniciativa de uma companhia inglesa que comprara uma grande quantidade de terras no Paraná para lá estabelecer pequenos proprietários escoceses, ingleses e irlandeses, “que lá poderão esquecer os martírios do terrível landlordismo” (1889, p. 260). O “landlordismo” era, de fato, o grande mal a ser combatido na estrutura social do Novo Brasil. Na concepção de Rebouças, não só os imigrantes, mas também trabalhadores brasileiros deveriam se beneficiar do regime de pequena propriedade; embora não explore muito o tema nesse texto, ele o tangencia, e observa a propósito do movimento de imigração para o Espírito Santo: “Ao lado dos imigrantes, estabelecem-se sempre famílias brasileiras para aproveitar as vantagens da pequena propriedade” (1889, p. 247).

Em São Paulo, onde a imigração já atingia o número de 10 mil italianos por mês, os imigrantes – que em um primeiro momento trabalhavam como assalariados ou meeiros – logo poderiam, com o lucro de uma colheita, comprar pequenos lotes de terras nas colônias do governo central ou provincial.

Depois de passar por cada uma das zonas agrícolas, Rebouças aborda ainda um tema conhecido por ele, o dos portos de comércio. O Brasil, diz o engenheiro, com sua enorme costa marítima e seus grandes rios, é dotado de portos excelentes, que poderão ser ainda multiplicados

nos próximos anos, concentrando as trocas comerciais de toda a América do Sul: “Os portos do Brasil são de fato os portos de toda a América do Sul, desde os Andes até o oceano” (1889, p. 293).

Ao final do texto, Rebouças retoma o tema da imigração, colocando lado a lado o Brasil e os Estados Unidos como centros de atração de imigrantes e de capital: “O capital segue o homem e o homem segue o capital”. Assim como os Estados Unidos, o Brasil possuía uma grande força de assimilação, de modo que “alguns dias após sua chegada, o imigrante será já um brasileiro” (1889, p. 295). Da mesma forma que os imigrantes europeus nos Estados Unidos haviam se tornado verdadeiros *Yankees*, no Brasil eles se tornariam verdadeiramente brasileiros, e com isso só ganhariam quanto ao nível de civilização: “Outro dia, um [imigrante] alemão, chegado de Berlim, nos dizia: ‘eu confesso que achei os meus antigos compatriotas muito bárbaros’” (1889, p. 295). De fato, o Brasil – e mais ainda o Novo Brasil, em vias de ser construído – chegaria, em vários aspectos, a ser superior à Europa. Por isso os imigrantes se tornariam, com orgulho, brasileiros, e tendo experimentado “nossas instituições e nossos hábitos tão bons, tão simples, tão tranquilos”, jamais pensariam em “se jogar novamente no terrível turbilhão europeu de baionetas, de canhões [...] e ver de perto os horripilantes contrastes da miséria e da opulência” (1889, p. 296). Em suma, o povo brasileiro se tornaria sem igual no mundo, uma vez assimilados os “melhores elementos étnicos da Europa” a essa grande e promissora nação.

Rebouças termina o texto, como os outros colaboradores do *Le Brésil en 1889*, louvando a figura de d. Pedro II:

Nós fomos criados, durante quarenta e oito anos, por um imperador sábio e bom, que aboliu a pena de morte, a tortura, as penas bárbaras e a escravidão [...]. A orientação humanitária e altruísta da nação brasileira deve-se a ele e

a sua filha, célebre por sua coragem, seu heroísmo e seu devotamento (1889, p. 297).

Como já mencionado acima, o tom normativo do texto de Rebouças reflete bem o momento vivido por ele: entusiasmado com o fim da escravidão, apostava no aprofundamento das reformas sociais no Brasil, sob a égide do imperador, de quem se tornara bastante próximo⁷. O Brasil estava, na sua concepção, trilhando o caminho certo em direção ao progresso e à formação da nação brasileira – e a Exposição de 1889 era uma boa oportunidade para mostrar isso ao mundo. Nos meses que antecederam à proclamação da República, dedicava-se à preparação de um censo rural, passo importante para a divisão e venda de lotes de terras a imigrantes e brasileiros pobres. Não podia imaginar que, antes do final do ano de 1889, embarcaria em um navio com a família real a caminho do exílio. Da Europa, continuaria sua atividade como publicista, tecendo duras críticas à “república militar e escravocrata” e à “escravidão branca”, e exaltando a monarquia destituída (Carvalho, 1998, cap. 6). Depois da morte de d. Pedro, finalmente convencido da irreversibilidade da república no Brasil, partiu para Luanda, na África, para trabalhar na construção de uma estrada de ferro, e de lá para a Ilha da Madeira, onde se suicidou em 1898.

* * *

⁷ Sobre o período imediatamente posterior à abolição, diz Maria Alice Rezende de Carvalho: “Para Rebouças, contudo, a questão da emancipação do trabalho estava apenas se iniciando. A substância da sua luta pela ‘democracia rural brasileira’ consistia na promoção da iniciativa e da liberdade individuais pela extinção do monopólio da terra – esse, o tema constante dos seus encontros com d. Pedro II no período compreendido entre a abolição da escravidão e a queda da monarquia, em ‘passeios higiênicos’ diários, ao final da tarde, na estação ferroviária de Petrópolis” (1998, p. 223).

O esforço realizado pelo Comitê Franco-Brasileiro na montagem do Pavilhão do Brasil na Exposição Universal de 1889, bem como na confecção do material bibliográfico destinado ao evento, demonstra a preocupação do grupo e do governo brasileiro com a imagem do país. Essa era fundamental para atrair ao país mão de obra e capital. Mas, ao lado do objetivo mais imediato, havia um objetivo maior, de mostrar o Brasil como uma nação com direito a participar do “concerto das nações civilizadas”. Na introdução de *Le Brésil en 1889*, Santa-Anna Nery dá o tom da obra e explicita esse objetivo ao afirmar a posição do Brasil na Exposição:

O Brasil veio a Paris não para se impor, mas para fazer a velha Europa constatar que ele não é indigno, pelos progressos que realizou, de entrar mais profundamente ainda no concerto econômico dos grandes Estados [...] O Brasil não quis apresentar-se em Paris, no momento do centenário da Revolução Francesa, sem trazer uma prova evidente de seu respeito verdadeiro pelos Direitos do Homem e de seus progressos na liberdade [...] Em 1889, ele vem mostrando sua bandeira verde e ouro de onde desapareceu a mancha negra da escravidão. Ele traz uma Bastilha destruída, e a libertação de mais de um milhão de homens. Ele traz uma Revolução feita ontem, e que não derramou senão lágrimas de reconhecimento (1889, pp. X-XI).

Se a Revolução Francesa é “incômoda” por um lado (o republicano)⁸, o que levou o Brasil a não participar oficialmente das comemorações, por outro é tomada como refe-

⁸ Nunca é demais lembrar que a Revolução Francesa é referência básica dos republicanos mais radicais no Brasil. Muitos dos comícios republicanos que terminavam invariavelmente em confusão eram embalados pela assistência cantando *A Marselhesa*.

rência em termos da construção dos direitos do homem; é assim que os autores – na pena de Santa-Anna Nery – vão tomá-la, para situar o Brasil no mundo civilizado.

A despeito das discrepâncias entre os textos analisados, há pontos de convergência entre os vários artigos. Um deles é a centralidade da Europa no ideal de civilização que os perpassa⁹. Na aproximação com a Europa, a monarquia e o governo parlamentar estão em primeiro plano: na comunhão de instituições reside o laço que une o Brasil e o Velho Mundo. Nesse quesito, o país apresenta uma vantagem em relação aos Estados Unidos, que, como o restante da América, abraça a república e o presidencialismo. Mas é em relação à América hispânica que a diferença é reforçada: em várias passagens os diferentes autores fazem questão de mostrar como o caudilhismo e as lutas fratricidas que assolam nossos vizinhos não atingem o Brasil.

110

A defesa do regime monárquico no Brasil é outro ponto forte de contato entre os autores. A presença da monarquia e, em especial, de d. Pedro II, é vista como o próprio cimento da nacionalidade: o imperador encarna o povo brasileiro, sua unidade e seu vínculo com a civilização europeia. É essa a tônica de todo o livro, que aparece na interpretação histórica de Rio Branco assim como nas análises sobre imigração e zonas agrícolas de Eduardo Prado e Rebouças: em todos a figura do imperador emerge tanto como ator central da manutenção da unidade e da paz, quanto como agente da transformação e do progresso do país.

O tema da formação do povo brasileiro, impulsionada pela abolição da escravidão e pela imigração estrangeira, é crucial nos textos reunidos em *Le Brésil en 1889*. O povo, ou melhor, a ausência do povo é central nos vários artigos. Na história contada por Rio Branco, é ele o grande ausente.

⁹ No caso de André Rebouças, os Estados Unidos aparecem também como modelo para pensar uma sociedade de pequenos proprietários.

Nos artigos de Rebouças e de Eduardo Prado, o povo ainda está em formação, à beira de um salto quantitativo e, sobretudo, qualitativo. Mais uma vez, percebe-se a centralidade da Coroa nesse processo.

É em relação ao futuro que aparecem as maiores divergências entre os autores. Na introdução de Santa-Anna Nery, por exemplo, a abolição da escravidão, por si só, surge como solução para os três séculos de cativo e exploração. O autor nos faz acreditar que, desde 1888, os problemas não mais existiam e que os negros, de uma hora para outra, foram elevados à categoria de cidadãos:

O Brasil conta hoje ao menos quatorze milhões de habitantes, e mais nenhum escravo! A própria palavra escravidão desapareceu de nosso país, foi riscada de nossas leis. Só restam cidadãos livres, submetidos aos mesmos deveres e gozando dos mesmos direitos (1889, p. XV).

111

Da mesma forma, a narrativa de Eduardo Prado referente à imigração exclui qualquer necessidade de reforma mais profunda da sociedade brasileira. Por outro lado, é conhecida a postura de André Rebouças, da necessidade de aprofundamento das reformas após a abolição, em direção à verdadeira emancipação do trabalho. Em seu texto sobre as zonas agrícolas, fica clara a defesa de um modelo de imigração que não poderia ser desvinculado de uma reforma profunda na estrutura agrária do país, com o parcelamento da propriedade rural – o que se poderia chamar de “democracia rural”. Para Rebouças, caberia à monarquia continuar e aprofundar as reformas, já que a figura do imperador era central para vencer as resistências da elite agrária brasileira¹⁰.

¹⁰ Nesse ponto, Rebouças se aproximava do seu grupo da geração 1870, os novos liberais, que defendiam a realização de reformas sociais (especialmente a emancipação da escravatura) sob a égide do Imperador. Ver a esse respeito Alonso (2002).

Le Brésil en 1889 foi uma obra produzida para fora. No entanto, como já afirmamos anteriormente, foi também feita para dentro. O esforço empreendido pelos autores está em consonância com o momento vivido pela monarquia no país, em meio a uma crise que ganhava corpo com o crescimento do movimento republicano. Peça de propaganda do Brasil no exterior, o livro era também uma afirmação da importância e da força da Coroa na condução do país rumo à tão almejada civilização. Às importantes diferenças verificadas entre os autores – por exemplo, entre Eduardo Prado e André Rebouças – sobrepunham-se esses objetivos maiores.

Gabriela Nunes Ferreira

é professora do Departamento de Ciências Sociais da Unifesp.

Maria Fernanda Lombardi Fernandes

é professora do Departamento de Ciências Sociais da Unifesp.

112

Rossana Rocha Reis

é professora do Departamento de Ciência Política da USP.

Referências bibliográficas

ALONSO, A. 2002. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra.

BARBUY, H. 1993. Resenha de SCHROEDER-GUDEHUS, B.; RASMUSSEM, A. *Le fastes du progrès: le guide des Expositions universelles 1851-1992*. Paris: Flammarion, 1992. *Anais do Museu Paulista*, vol. 1, nº 1, pp. 297-304.

_____. 1996. “O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na exposição universal”. *Anais do Museu Paulista*, vol. 4, nº 1, pp. 211-261.

CARVALHO, M. A. R. 1998. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj/Unicamp.

CIZERON, D. 2009. *Les représentations du Brésil lors des expositions universelles*. Paris: Ed. L’Harmattan.

Comissão Brasileira na Exposição Universal de Paris. 1867. *The Empire of Brazil at the Paris International Exhibition of 1867*. Rio de Janeiro: Laemmert.

Comissão Brasileira na Exposição Universal de Viena. 1873. *The Empire of Brazil at the Vienna Universal Exhibition of 1873*. Rio de Janeiro: Laemmert.

- COSTA, W. P. A. 2005. "Independência na historiografia brasileira". In: JANCÓS, I. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp.
- DAMANTE, H. 1964. "O Barão de Rio Branco". In: PARANHOS, J. M. S. *A história do Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura.
- FOOT HARDMAN, F. 1988. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GREMAUD, A. P. 1997. *Das controvérsias teóricas à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930)*. Tese de doutorado em Economia. São Paulo: FEA/USP.
- PARANHOS, J. M. S. 1958. *Esquisse de l'histoire du Brésil*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco.
- PESAVENTO, S. J. 1997. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec.
- _____. 1994. "Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal da Filadélfia de 1876". *Anais do Museu Paulista*, vol. 2, nº 1, jan./dez., pp. 151-168.
- RIO BRANCO, M. 1957. *Correspondência entre d. Pedro II e o Barão de Rio Branco (1889 a 1891)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- RIO BRANCO, R. 1942. *Reminiscências do Barão de Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olímpio.
- SANTA-ANNA NERY, F. J. (dir). 1889. *Le Brésil en 1889*. Paris: Ch. Delagrave/Syndicat du Comité Franco-Brésilien.
- TRINDADE, A. D. 2004. *André Rebouças: da engenharia civil à engenharia social*. Tese de doutorado em Sociologia. Campinas: IFCH-Unicamp.
- TURAZZI, M. I. 1995. *Poses e trejeito: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)*. Rio de Janeiro: Funart/Rocco.

Outros materiais

- HEIZER, A. 2009. "Ciência para todos: a exposição de Paris de 1889 em revista". *Fenix: Revista de História e Estudos Culturais*, ano VI, vol. 6, nº 3, jul/ago/set. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br>>. Acesso em 05/09/2010.

“discovery” of Brazil and the first contacts between colonizer and colonized. I try to understand how such works converse with other reference documents, and pictorial imagery to make their representations and discourses about what they consider “true” national identity.

Keywords: *Brazilian cinema; Thinking of cinema in Brazil; Cinematographic national imaginary; National identity; Humberto Mauro; Nelson Pereira dos Santos.*



“O BRASIL EM 1889”: UM PAÍS PARA CONSUMO EXTERNO

GABRIELA NUNES FERREIRA

MARIA FERNANDA LOMBARDI FERNANDES

ROSSANA ROCHA REIS

254

Em 1889, patrocinada pelo governo do Império e organizada por Francisco J. de Santa-Anna Nery para a Exposição Universal de Paris, era publicada a obra *Le Brésil en 1889*. O livro tinha como objetivo exaltar o Império do Brasil, fazendo um balanço dos “progressos” vividos pela monarquia nas últimas décadas – dentre os quais se destacava a abolição da escravidão. Entre seus autores estão alguns nomes importantes da elite política e intelectual brasileira desse período, como Rio Branco, André Rebouças e Eduardo Prado. Nosso objetivo é analisar os textos dos autores da coletânea sob a dupla perspectiva da modernização econômico-social e da questão da formação do povo brasileiro. Trata-se de verificar como esses temas foram tratados numa obra desenvolvida para “consumo externo”. Enfim, que imagem de Brasil se projetava – oficialmente – em 1889, finda a escravidão e às vésperas da República.

Palavras-chave: Monarquia; Exposições universais; Modernização; Agricultura; Imigração.

“BRAZIL IN 1889”: A COUNTRY FOR FOREIGN CONSUMPTION

Le Brésil en 1889 is a publication organized by Francisco J. de Santa-Anna Nery, and sponsored by the Brazilian imperial government, for the Paris Universal Exposition of 1889. Its main purpose was to highlight the recent achievements of the Brazilian Monarchy, especially the abolition of slavery, for a foreign audience. Among its contributors were some of the most important intellectuals and politicians from that time, such as Rio Branco, André Rebouças and Eduardo Prado. This article goal is to analyze their essays, particularly how they have portrayed the issues of social-economic modernization and the formation of Brazilian people. We are interested in the kind of image that Brazil was – officially – trying to project in 1889, after the abolition and just before the proclamation of the Republic.

Keywords: *Monarchy; Universal expositions; Agriculture; Modernization; Immigration.*



A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO ESTADO

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

Nas relações entre sociedade e Estado, duas formas de sociedade politicamente organizadas – a nação e a sociedade civil – jogam um papel-chave, como também realizam coalizões de classe e pactos políticos. A relação entre ambas é dialética, mas, inicialmente, o Estado exerce mais influência na sociedade; quando a democratização toma lugar, esta relação gradualmente muda a favor da sociedade. Apesar do fato que a política (a arte de governar o Estado) é subordinada a restrições políticas e econômicas, ela conta com uma autonomia relativa. Não é o Estado, mas a política que possui relativa autonomia. Enquanto a sociedade e a economia são o domínio da necessidade, a política é o domínio da determinação humana e da liberdade. As teo-